

# O Despertar Doutrinário das Forças Armadas da Índia

Comodoro-do-Ar Tariq M. Ashraf, Força Aérea Paquistanesa

AS DOCTRINAS militares indianas e paquistanesas têm apresentado comportamentos defensivos distintos desde que ambos os países obtiveram a independência da Inglaterra em 1947. Não obstante as três guerras e os diversos conflitos que os dois países travaram como nações independentes, nenhuma mudança significativa ocorreu em suas doutrinas militares e de guerra até recentemente. No ano passado, acontecimentos na região e em outras áreas realçaram o que as duas nações precisam fazer para modificar suas doutrinas existentes.

## Eventos que Precipitaram a Revisão Doutrinária

Alguns eventos regionais que deram início à revisão da doutrina militar incluem a nuclearização do subcontinente da Índia, e como isso afeta a natureza da guerra na região e as funções das forças armadas de ambos os países; as lições da crise de Kargil de 1999 e a possibilidade de travar guerras convencionais limitadas sob o guarda-chuva nuclear; e o período de grande mobilização e concentrações militar em massa conhecido como Operação *Parakaram*.

Os acontecimentos globais que afetam o pensamento doutrinário das Forças Armadas da Índia e do Paquistão incluem a guerra global americana contra o terrorismo, manifestada com nas invasões do Afeganistão e do Iraque, e a doutrina de preempção do Presidente dos EUA, George W. Bush.

Esses acontecimentos tiveram um efeito tão marcante no ano passado, que a Força Aérea paquistanesa, o Exército e a Marinha indiana publicaram novos documentos e manuais ou modificaram as edições dos já existentes. Essa onda de mudanças e revisões doutrinárias veio na época em que a Índia e o Paquistão declararam a intenção de iniciar um diálogo amplo.

O colonista militar Sultan Hali fez a seguinte observação quando o Exército indiano anunciou sua nova doutrina *Cold Start*: “A oportunidade da revelação da nova doutrina indiana é interessante. Por que os comandantes superiores militares iniciaram essa nova doutrina de guerra – a estratégia *Cold Start* – enquanto já se encontra em andamento um processo de paz?”<sup>1</sup>

## Nuclearização do Sudeste Asiático

O gênio nuclear saiu da lâmpada no Sul da Ásia em 1998. A capacidade nuclear disponível alterou a natureza da guerra na região e o papel das três forças singulares em suas respectivas áreas de combate.

A Índia e o Paquistão nuclearizaram inicialmente as suas forças aéreas. Aeronaves de ataque capazes de ser configuradas com armas nucleares surgiram como as primeiras plataformas de lançamento nuclear em ambos os países. Isso inseriu as duas forças aéreas no centro das atenções da equação da estratégia militar e reduziu a relevância estratégica do Exército e da Marinha da Índia e do Paquistão.

Preocupados com a possibilidade de a Força Aérea reivindicar a maior parte da expansão estratégica militar, o Exército e a Marinha fizeram campanha por papéis estratégicos — o Exército requerendo os mísseis balísticos a superfície-superfície, e a Marinha insistindo na dimensão da base marítima da tríade de dissuasão nuclear. Os exércitos indiano e paquistanês adquiriram papéis estratégicos ao obterem o controle dos mísseis com agivas nucleares, superfície-superfície, enquanto as marinhas desses países ainda estão se esforçando para desenvolver uma capacidade nuclear que justifique seu papel estratégico.

A nuclearização transformou os objetivos de guerra de

ocupação territorial em operações de destruição, porque a anexação de territórios relativamente grandes era considerada mais propensa a violar o limiar nuclear da outra parte do que a controlar a destruição do potencial econômico e militar do adversário. Essa transformação reduziu a importância da ampliação dos exércitos indiano e paquistanês e realçou a importância das forças aéreas, porque estavam mais apropriadamente equipadas e configuradas para campanhas eficazes de destruição. O analista de assuntos estratégicos Subhash Kapila diz que os objetivos estratégicos militares da Índia deveriam “ser modificados da conquista de pequenas partes do território paquistanês (a serem usadas como instrumento de barganha após o cessar-fogo) para a priorização da destruição do Exército paquistanês e sua máquina militar sem causar muito dano colateral à sua população”.<sup>2</sup> A nuclearização do Sul de Ásia precipitou uma séria revisão

*Os acontecimentos globais que afetam o pensamento doutrinário das Forças Armadas da Índia e do Paquistão incluem a guerra global americana contra o terrorismo, manifestada com nas invasões do Afeganistão e do Iraque, e a doutrina de preempção do Presidente dos EUA, George W. Bush.*

das doutrinas militares da Índia e do Paquistão, alterando não apenas a maneira como cada conflito militar futuro será travado, mas, também, o equilíbrio relativo de poder das forças armadas.

## O Conflito de Kargil de 1999

Ocorrido um ano após a nuclearização do subcontinente do sul da Ásia, o conflito de Kargil de 1999 foi o momento em que a Índia e o Paquistão chegaram o mais próximo de uma guerra convencional total que poderia ter se transformado num confronto nuclear.<sup>3</sup>

Nenhuma operação militar significativa pode ou poderia ser executada sem uma coordenação inicial adequada, com todas as agências provavelmente envolvidas na operação.<sup>4</sup> Isso é verdadeiro especialmente no caso do Paquistão, onde a falta de coordenação entre líderes políticos e as elites militares causou um certo grau de discórdia, principalmente depois de o Presidente dos EUA, Bill Clinton, coagir ou persuadir o Primeiro-Ministro Nawaz Sharif a declarar uma retirada unilateral das forças da região contra a vontade de seus assessores militares e desconsiderando suas forças armadas.

Durante qualquer operação militar, deve-se esperar a máxima, e não a mínima reação possível do inimigo e organizar uma resposta adequada no próprio plano para permitir flexibilidade operacional. Num ambiente onde

adversários têm acesso a armas nucleares, deve-se evitar o envolvimento ativo das forças aéreas, principalmente em papéis ofensivos. Esse é um passo de grande proporção, que resultaria num agravamento do conflito. Nenhum dos dois países empregou suas forças aéreas de modo expressivo durante o conflito, devido principalmente à preocupação de o conflito evoluir para uma guerra total.

Embora o elemento surpresa pudesse levar a resultados iniciais favoráveis, especialmente num ambiente tão assimétrico como Kargil, as vantagens acumuladas dessa forma se perderiam imediatamente depois da explosão de hostilidades, e poderiam ocasionar uma reação extrema do adversário. Em regiões remotas e inacessíveis como Kargil, a manutenção do sistema logístico através de estoque e reabastecimento eficientes é imprescindível devido as dificuldades inerentes de transporte.

Mesmo num confronto entre duas forças armadas com potenciais nucleares, ainda há espaço para adversários travarem um conflito limitado e operações de não guerra. Quando envolvidos num conflito limitado, os adversários devem exercer extrema restrição militar a fim de impedir a escalada. Essa restrição foi exercida claramente pela Índia e Paquistão durante o conflito.<sup>5</sup>

Ao contemplar um conflito limitado sob um guarda-chuva nuclear, o planejador militar deve sempre ter em mente que até mesmo uma ofensiva tática que prometa dividendos estratégicos pode causar uma reação extrema do adversário.<sup>6</sup> A falta de capacidade de vigilância em tempo real o ano todo, com o intuito de monitorar as atividades inimigas próximas à fronteira, poderia levá-los a serem surpreendidos, principalmente no Sul da Ásia, onde a fronteira entre o Paquistão e a Índia é extensa.

A possibilidade de realizar surpresas exige um alto estado de alerta, prontidão militar e disponibilidade de transporte aéreo adequado para o rápido deslocamento de forças a fim de enfrentar o inimigo no teatro das operações. Essa necessidade poderia determinar o posicionamento de elementos de combate importantes mesmo durante o tempo de paz. O estrategista militar deve considerar sua proximidade aos teatros de operações e os elos de comunicações militares com as áreas de interesse.

Devido à inacessibilidade e à distância das remotas e geladas terras de Siachen e das cordilheiras cobertas de neve do Himalaia, Karakoram e Hindukush, as linhas de comunicações nessas áreas tornam-se alvos significativos de estratégia. Até mesmo a destruição de uma ponte sem importância pode impedir que as forças avançadas sejam reabastecidas e obtenham reforço.

As exigências de combate em ambientes de grande altitude não são os mesmos dos combates em ambientes de baixa altitude. O Conflito de Kargil revelou diversas deficiências nos inventários de equipamentos e nas filosofias operacionais. A doutrina deve abordar tais problemas



Marinha Indiana

*Elementos da Marinha Indiana durante recentes manobras de sua esquadra.*

para empreender operações militares eficazes em regiões de ambientes hostis.<sup>7</sup>

O envolvimento internacional, especialmente pelos Estados Unidos, pode contribuir positivamente para prevenir a escalada de um conflito em potencial em uma guerra total ou nuclear. A influência que os Estados Unidos exercem no ambiente global os coloca numa situação de enorme responsabilidade. Para a Índia e o Paquistão, a intervenção inevitável dos EUA num confronto nuclear também tem implicações doutrinárias.<sup>8</sup>

### O Temerário Episódio em 2001-2002

Logo após o término do Conflito de Kargil, a mobilização em massa das forças armadas da Índia e do Paquistão e o posicionamento avançado exagerado trouxe o Sudeste Asiático mais uma vez à beira da guerra. Insistindo no assunto do envolvimento do Paquistão no terrorismo de fronteiras, o Partido Popular da Índia, da ala direita e dominante no governo, decidiu desdobrar as forças armadas da Índia contra o Paquistão, numa clara tentativa de coagir e intimidar o país a abster-se de apoiar os combatentes da liberdade na Caxemira operando dentro da parte indiana da Caxemira. Em resposta à mobilização militar indiana e ao desdobramento avançado ao longo da fronteira internacional, as Forças Armadas paquistanesas chegaram ao seu mais alto estado de prontidão e desdobraram-se de acordo com os planos de guerra. O confronto envolvendo mais de

um milhão de militares pôs a Índia e o Paquistão à beira da guerra. Somente após 10 meses de impasse os dois países bateram em retirada resumindo o relacionamento do tempo de paz.

Algumas das lições tiradas desse período de volatilidade fizeram ambos os países reformularem suas doutrinas militares. Durante o Conflito de Kargil, cada país percebeu o perigo de uma guerra nuclear devastadora passando a exercer um alto grau de autocontrole. A Índia levou esse autocontrole tão a sério que chegou a afastar um comandante do Exército e dois comandantes da Força Aérea que ultrapassaram os limites.<sup>9</sup>

A geografia do Paquistão resgatou o país. Suas forças estavam posicionadas próximas aos locais de deslocamento de tempo de guerra e rapidamente desdobraram-se e ocuparam essas áreas. O Exército Indiano levou quase 30 dias para mobilizar-se e desdobrar-se nas posições de guerra.<sup>10</sup>

A maioria dos analistas indianos afirma que o atraso na mobilização e desdobramento desse país permitiu que o Paquistão tivesse o espaço para procurar mediação internacional. A habilidade do Paquistão de mobilizar e desdobrar forças rapidamente colocou os militares indianos em desvantagem. As Forças Armadas indianas precisaram reduzir seu tempo de mobilização e desdobramento para evitar que o Paquistão procurasse intervenção extra-regional. Somente dessa forma as Forças Armadas indianas seriam capazes de alcançar “resultados quase decisivos” mais cedo durante o conflito e evitar a intervenção ou mediação estrangeira.

Do ponto de vista da Índia, a lição mais importante resultante desse impasse é que instrumentos militares e políticos de poder nacional devem trabalhar juntos de maneira sincronizada. A decisão de adotar uma postura militar avançada e agressiva para coagir o Paquistão foi basicamente uma decisão política, e as Forças Armadas indianas, excluídas da tomada de decisão, não poderiam ter adotado imediatamente a postura que seus superiores desejavam. O General Sundarajan Padmanabhan, ex-Comandante do Exército indiano, disse que não era possível prosseguir na ofensiva contra o Paquistão logo após a decisão política ter sido tomada porque “guerra é um negócio sério, e não é assim que se procede. Em 13 de dezembro, minhas formações de ataque estavam em posições de paz. Naquele ponto, eu não tinha capa-

*O envolvimento internacional, especialmente pelos Estados Unidos, pode contribuir positivamente para prevenir a escalada de um conflito em potencial em uma guerra total ou nuclear. A influência que os Estados Unidos exercem no ambiente global os coloca numa situação de enorme responsabilidade. Para a Índia e o Paquistão, a intervenção inevitável dos EUA num confronto nuclear também tem implicações doutrinárias.*

cidade de mobilizar grandes forças para cruzar para o outro lado”.<sup>11</sup>

A invasão norte-americana do Afeganistão e a presença de forças militares dos USA e da coalizão próximas ou dentro do território do Paquistão criou um grande problema para a Índia. À exceção de uma ilusória frota naval dos EUA, que supostamente se aproximava da Baía de Bengala durante os últimos dias da Guerra entre a Índia e o Paquistão em 1971, os países do Sudeste Asiático nunca tiveram que lutar contra a presença de Forças Extra-Regionais em seus territórios. A presença das tropas norte-americanas na área restringiu seriamente a liberdade na Índia e no Paquistão, desencorajou os dois países de irem à guerra e encorajou os Estados Unidos a serem mais ativos e a insistirem na tentativa de resolver confrontos militares iminentes no sul da Ásia.<sup>12</sup>

O efeito da geopolítica em conflitos regionais também surgiu como uma lição relevante, embora não tenha sido a primeira vez. A decisão do Paquistão de apoiar os Estados Unidos na guerra global contra o terrorismo, permitindo que as forças norte-americanas usassem o seu espaço aéreo irrestritamente e fornecendo plataformas de lançamento para operações militares, transfor-

mou o país num estado de linha de frente crucial para os Estados Unidos. Os Estados Unidos precisavam mais do Paquistão do que da Índia, e desaprovavam um conflito militar entre os dois países. Mesmo a insistência da Índia sobre o envolvimento do Paquistão com o terrorismo de fronteiras na Caxemira indiana não poderia reduzir a recente relevância do Paquistão para os Estados Unidos e o Ocidente.

De acordo com os projetos hegemônicos do governo indiano em relação ao Paquistão e a toda a região, a Índia elogiou a estratégia de segurança nacional de preempção do Presidente Bush. Alguns intransigentes abraçaram a idéia de que Índia poderia adotar também a política de preempção para garantir que o Paquistão não apoiasse os combatentes da liberdade na parte indiana da Caxemira. Índia até tentou incluir o Paquistão no grupo dos países-alvos da guerra global contra o terrorismo.

A posição geoestratégica de um país influencia na sua relevância para as grandes potências. Embora a Índia tenha oferecido seus campos de pouso e bases militares logísticas aos Estados Unidos, o Paquistão era uma opção muito mais adequada em virtude de sua proximidade ao teatro de operações.

Os acontecimentos recentes de grande importância e magnitude no sul da Ásia serviram para despertar as forças armadas da Índia e do Paquistão e fazê-las reexaminar como deverão se preparar para conflitos futuros que possam ocorrer nessa região extremamente volátil do mundo. Os eventos recentes a seguir demonstram o despertar doutrinário:

- No Paquistão, até recentemente, o único documento doutrinário disponível ao público era um publicado pela Força Aérea paquistanesa em 1987. Em janeiro de 2004, a Força Aérea paquistanesa publicou uma versão revisada da sua Doutrina do Poder Aéreo Básico.

- A Índia anunciou sua nova doutrina eufemisticamente chamada *Cold Start*, no início de 2004. O conteúdo do documento permanece sigiloso, no entanto declarações de alguns comandantes de mais alto escalão do Exército indiano fornecem indicações acerca do conteúdo.

- A Marinha indiana também tem uma nova Doutrina Marítima. Apesar de uma parte permanecer sigilosa, muito já está disponível ao público.

- A Índia já apresentou o anteprojeto inicial de sua doutrina nuclear, mas o Paquistão ainda não fez o mesmo.

Um aspecto importante dessa nova abertura doutrinária é o interesse militar em conscientizar o público sobre seus papéis, funções e importância. As forças armadas sentiram que um maior conhecimento pela população aumentaria a participação pública em assuntos relacionados à segurança e influenciaria as decisões do governo a respeito de segurança nacional. Aparentemente, as Forças



Exército Indiano

*Deslocamento de armas para a zona de combate.*

Armadas querem ajudar a formar a opinião pública e influenciar as decisões do governo sobre eles e sobre a alocação de recursos.

### **A Doutrina *Cold Start***

As lições aprendidas da crise de Kargil de 1999 e do período de uma política arriscada de 2001-2002 levaram o Exército indiano a alterar a sua doutrina, anunciando uma nova em 28 de abril de 2004. A doutrina ainda deve ser aprimorada e discutida nos diversos escalões do Exército indiano.

Durante a crise de Kargil, o Exército indiano foi pego despreparado. Embora tenha conseguido desdobrar-se em números adequados, o tempo perdido causou grande preocupação. A lacuna de tempo permitiu que as Forças Armadas paquistanesas adotassem uma postura de desdobramento avançado e impediu qualquer tentativa de alcançar uma vantagem militar.

A criação de grande comando de ataque segundo a doutrina de Sundarji despojou o restante do Exército Indiano de qualquer ímpeto ofensivo significativo, principalmente para os grande comando de “resistência” ou defensivas, normalmente estacionadas muito próximo à fronteira.<sup>13</sup> Se os elementos de defesa tivessem sido configurados adequadamente para a realização de operações ofensivas em escala limitada, ter-se-ia economizado tempo. As unidades de ataque poderiam

ter complementado essas ofensivas de pequena escala quando ocorressem. Segundo Kapila: “Sendo o objetivo mais significativo da nova doutrina de guerra o de atacar ofensivamente sem revelar os indicadores de batalha de mobilização, é imperativo que todos os QGs de formações de ataque, divisões e brigadas blindadas sejam reposicionadas de suas posições na Índia Central e em Punjab para posições avançadas”.<sup>14</sup>

Comandantes do Exército indiano estavam convencidos de que a crise de Kargil em 1999 provara que era possível travar uma guerra limitada mesmo após a nuclearização do sul da Ásia, contanto que o limiar nuclear do adversário não fosse violado. Esse conceito foi muito instigante para os exércitos da Índia e do Paquistão, pois temiam que sua relevância e importância em assuntos de defesa nacional estivessem diminuindo depois da nuclearização do subcontinente.

As forças terrestres da Índia e do Paquistão achavam que, para assegurar o lugar de importância que desfrutavam, precisavam justificar a possibilidade de uma guerra convencional limitada. Caso fracassassem, fortaleceria a posição dos que afirmavam que, durante a Guerra Fria, a disponibilidade de armas nucleares em ambos os lados reduzira as chances de uso numa guerra convencional limitada.

Os comandantes do Exército indiano acharam necessário modificar a sua doutrina. A Índia precisava posicionar

alguns elementos ofensivos de seu exército próximos à fronteira. Elementos defensivos, normalmente situados próximos à fronteira, podem atuar em ações ofensivas a curto prazo, mas não são eficazes devido às suas limitadas capacidades ofensivas. De fato, os principais elementos ofensivos do Exército indiano, as três grande comando de ataque, não participaram nas três guerras anteriores entre Índia e o Paquistão, porque sua posição impedia o comprometimento oportuno no combate. A adoção dessa linha de ação minimizaria o tempo necessário para fazer os elementos ofensivos do Exército indiano pressionarem o Paquistão; reduziria o tempo de desdobramento e mobilização; impossibilitaria que o Paquistão avançasse suas forças e o impediria de procurar intervenção internacional. O “*Daily Times*” do Paquistão publicou: “A

*Um aspecto importante dessa nova abertura doutrinária é o interesse militar em conscientizar o público sobre seus papéis, funções e importância. As forças armadas sentiram que um maior conhecimento pela população aumentaria a participação pública em assuntos relacionados à segurança e influenciaria as decisões do governo a respeito de segurança nacional.*

idéia é que a comunidade internacional não tenha a oportunidade de intervir. Daí a necessidade de uma ação rápida começando por uma política de *Cold Start* em vez de uma mobilização lenta”.<sup>15</sup>

A localização de elementos ofensivos próximos as suas plataformas de lançamento de ataques contra o Paquistão reduziria o tempo de reação e de aviso antecipado normalmente disponível ao país. O posicionamento de elementos ofensivos onde poderiam imediatamente lançar uma ofensiva permitiria que o Exército indiano alcançasse o ataque surpresa. Mobilizações e desdobramentos em massa anteriores denunciaram o plano e preveniram o Exército paquistanês.

Por serem o primeiro foco do instrumento de coleta de inteligência do Paquistão, os grandes comandos de ataque não podiam alterar sua disposição significativamente sem o conhecimento do Exército paquistanês. Embora o Exército indiano contasse com alguns elementos defensivos nos corpos defensivos designados, eles eram inadequados para o lançamento de um ataque ofensivo relevante.

A anexação limitada de elementos ofensivos ao grande comando defensivo ou de resistência dissipou a capacidade ofensiva indiana e evitou o uso judicioso dos recursos ofensivos disponíveis. Com os elementos ofensivos capazes de agir sem aviso prévio e com o elemento de surpresa parcialmente a seu favor, o Exército indiano

poderia desarticular decisivamente o potencial militar do Paquistão sem precisar cruzar o limiar nuclear e dar à comunidade internacional o tempo e a oportunidade de interceder. Essencialmente, o Exército indiano seria capaz de conduzir uma guerra limitada sem precisar provocar a ameaça de uma resposta nuclear do Paquistão.

**Aspectos Salientes.** A Doutrina do *Cold Start* visualiza a criação e o subsequente emprego de oito Grupos de Batalha Integrados, os quais, segundo Kapila, poderiam significar oito unidades do tamanho de divisões blindadas ou forças de infantaria mecanizada equivalentes a divisões com composições variadas de blindagem, artilharia, infantaria e apoio aéreo de combate – todos integrados.<sup>16</sup> Além de possuírem unidades integrais do exército, os Grupos de Batalha Integrados dedicariam apoio de aviação do exército na forma de utilidades gerais e helicópteros de ataque e apoio aéreo abrangente por esquadrões pré-designados da Força Aérea indiana.

Os Grupos de Batalha Integrados facilitam o emprego judicioso dos meios ofensivos do Exército Indiano porque recursos desdobrados com formações defensivas poderiam também ser retirados e incorporados nos Grupos de Batalha Integrados. Kapila escreve: “O potencial de combate do Exército indiano seria totalmente aproveitado. A diferença entre grandes comandos de ataque e grandes comandos defensivos num papel de resistência terrestre será gradualmente reduzido”.<sup>17</sup>

Ao contrário dos grandes comandos de ataque posicionados em profundidade, os Grupos de Batalha Integrados se situariam bem à frente e próximos à fronteira, onde pudessem entrar em ação sem fornecer ao Paquistão aviso prévio ou tempo preparatório. Como previsto na Doutrina *Cold Start*, a exagerada postura ofensiva avançada do Exército indiano exigiria que líderes políticos decidissem logo no princípio o tipo de ação militar a ser tomada. A urgência de tal ação não proporcionaria muito tempo para que os chefes repensassem ou modificassem suas decisões.

**Implicações.** Uma mudança tão radical como a da Doutrina *Cold Start* precisa de uma resposta do Paquistão. O foco da transformação doutrinária da Índia continua sendo as Forças Armadas paquistanesas em geral e o Exército paquistanês em particular.

Com oito Grupos de Batalha Integrados posicionados estrategicamente, o Exército indiano reteria a opção de lançamento de uma ofensiva considerável em oito setores, o que reduziria e dissiparia o potencial defensivo do Exército e da Força Aérea paquistaneses. O lançamento de oito ofensivas simultâneas exige a criação e a manutenção de um grande número de elementos de reserva estratégicos capazes de se mover facilmente em setores, se necessário. Esses meios estratégicos, cruciais para o sucesso das ofensivas do Exército, também apareceriam na lista de



Marinha Indiana

*Um navio de desembarque pertencente à Marinha Indiana.*

alvos da Força Aérea paquistanesa e do inventário dos mísseis superfície-superfície paquistaneses.

Com o potencial ofensivo do Exército indiano espalhado pelo menos em oito setores ajudaria a Índia a aproveitar a enorme superioridade numérica da Força Aérea indiana. Enquanto a Força Aérea paquistanesa, numericamente inferior, seria pressionada a atender as solicitações de apoio do Exército Paquistanês em todos os setores, a Força Aérea indiana faria o mesmo com muito mais liberdade por ter uma frota maior. Considerando o papel crucial do poder aéreo em determinar os resultados das batalhas terrestres modernas, a disponibilidade de apoio aéreo adequado certamente demonstraria uma grande vantagem para o Exército indiano. O analista indiano Firdaus Ahmed escreve: “A idéia é paralisar a liderança paquistanesa com o dilema da decisão, enquanto obtém-se ganhos territoriais rápidos que possam ser negociados após o conflito em troca da promessa do Paquistão de se comportar bem com relação à Caxemira”.<sup>18</sup>

Em confronto com um adversário o dobro do seu tamanho, o Exército paquistanês deve primeiro que identificar os oito possíveis setores nos quais o Exército indiano poderia organizar ofensivas simultâneas. Isso é vital, do ponto de vista da disposição da força, porque a distribuição dos bens paquistaneses em oito setores corroeria seu potencial ofensivo. Elementos defensivos exigiriam potencial ofensivo integral, o que poderia se originar de meios já existentes. Como consequência, o

potencial ofensivo do Exército paquistanês pode vir a ser marginalizado.

Ao abordar os problemas de coordenação e comunicação entre as Forças Armadas, a disponibilidade de toda a aviação do Exército e de meios de apoio de combate da Força Aérea permitiria as Forças Armadas indianas atuar como uma máquina militar de três armas, mais ágil e integrada. A disponibilidade imediata de helicópteros e meios de asa fixa para elementos ofensivos representaria um fardo adicional para a já desgastada Força Aérea paquistanesa, enquanto aumentaria a necessidade de armamentos de defesa aérea adequados para os principais elementos do Exército paquistanês.

Devido ao fato de os Grupos de Batalha Integrados do Exército indiano ocuparem posições ofensivas avançadas o aviso prévio normalmente disponível ao Exército paquistanês será reduzido havendo uma necessidade de vigilância permanente e de reconhecimento dos oito Grupos de Batalha Integrados, a fim de evitar que os militares paquistaneses sejam surpreendidos. Os militares precisariam de reconhecimento aéreo pelos meios de reconhecimento aéreo e de veículos aéreos não-tripulados (VANT) da Força Aérea paquistanesa. Além disso, os meios de inteligência humana teriam que complementar tudo isso.

O fato de o tempo de reação disponível ser limitado, o Exército e a Força Aérea paquistaneses teriam que permanecer num estado de prontidão e preparo mais

elevado e estar estacionados mais próximos à fronteira. Com a posição de tempo de paz dos três grandes comandos de ataque do Exército indiano, o conhecimento das posições dos oito Grupos de Batalha Integrados indianos poderia revelar os setores de operação nos quais o Exército Indiano poderia estar contemplando futuras ações ofensivas.

**Análise.** A implementação da Doutrina *Cold Start* exige um alto grau de coordenação entre os líderes políticos e militares da Índia. A velocidade com a qual as ações militares podem desenvolver-se não daria tempo para que líderes políticos recuassem numa decisão tomada.

Não se deve esquecer os esforços do Exército indiano para recuperar a supremacia que usufruía na estrutura militar indiana antes dos testes nucleares de 1998. Ao criar oito Grupos de Batalha Integrados envolvendo

*Ao contrário dos grandes comandos de ataque posicionados em profundidade, os Grupos de Batalha Integrados se situariam bem à frente e próximos à fronteira, onde pudessem entrar em ação sem fornecer ao Paquistão aviso prévio ou tempo preparatório.*

elementos da Força Aérea e da Marinha indiana, o Exército indiano poderia estar tentando demonstrar subserviência das outras duas forças armadas. É certo que generais do Exército Indiano comandarão todos os oito Grupos de Batalha Integrados e as unidades agregadas da Força Aérea e da Marinha. Ainda não se sabe, porém, se as outras duas forças aceitarão essa disposição, especialmente com os três competindo por uma maior fatia da capacidade nuclear militar da Índia. Para dissipar qualquer dúvida a respeito das intenções do Exército Indiano, os Chefes de Estado-Maior da Força Aérea e da Marinha compareceram à Conferência dos Comandantes do Exército e ali ficando enquanto a Doutrina *Cold Start* estava sendo anunciada. Um jornalista indiano disse: “De certo modo, a nova doutrina poderia representar um novo estímulo de comando integrado por uma das forças”.<sup>19</sup>

Enquanto é possível que o Exército indiano obtenha ganhos territoriais ou destrua as forças armadas paquistanesas através de ataques de surpresa em massa, o fator onipresente do limiar nuclear do Paquistão deve estar sempre presente nos cálculos ofensivos do Exército indiano. A não-violação do limiar nuclear paquistanês é uma das maiores restrições de qualquer aplicação da Doutrina *Cold Start*.

Dada a habilidade do Exército indiano de produzir uma grande surpresa, o Exército paquistanês não deve excluir completamente a preempção ao tentar destruir os

Grupos de Batalha Integrados antes que eles pressionem as defesas do Paquistão. A Doutrina *Cold Start* muda o antigo pensamento defensivo, que o Exército Indiano manteve desde sua independência, para o ofensivo e exige adaptações expressivas em liderança e filosofia de adestramento, o que é mais fácil falar do que fazer. Partir para a ofensiva no início de cada combate é muito arriscado e, como escreve o brigadeiro reformado Shaukat Qadir: “Nenhum comandante indiano ou paquistanês sente-se a vontade em arriscar-se. Há muito em jogo! É principalmente por isso que considero improvável que tal conceito (*Cold Start*) possa de fato ser efetuado. Se algum dia for, eu gostaria de testemunhar”.<sup>20</sup>

A Doutrina *Cold Start* permite o uso eficaz de vantagens tecnológicas e numéricas que o Exército indiano dispõe sobre as forças armadas paquistanesas as quais planeja explorar amplamente. A doutrina trata especificamente do imenso poder de fogo, incluindo os meios de combate da Força Aérea, os meios de artilharia de grande alcance do Exército e os seus mísseis balísticos de curto alcance, que podem ser empregados contra o Paquistão.

A adoção de uma doutrina ofensiva também poderia ser um esforço em reiterar e restabelecer o potencial estratégico militar do Exército como a Força Aérea e a Marinha indianas (com os seus mísseis de cabeça nuclear para lançamento por submarino ainda em desenvolvimento). Apenas dois meses após anunciar a Doutrina *Cold Start*, o Exército Indiano estabeleceu uma unidade de míssil com capacidade nuclear armada com mísseis superfície-superfície *Agni-1* e/ou *Agni-3*.<sup>21</sup> Uma vez finalizada e implementada a doutrina, o Paquistão deve conduzir uma análise detalhada de seu conteúdo e implicações, de preferência no nível de QGs do Estado-Maior Combinado, para desenvolver uma resposta doutrinária e estratégica adequada.

## A Doutrina Marítima da Índia

No dia 23 de junho de 2004, meses após o Exército indiano anunciar sua Doutrina *Cold Start*, a Marinha desvendou sua Doutrina Marítima, o que representou um progresso importante, pois foi a primeira doutrina naval que a Marinha indiana já formulara. A doutrina prevê um papel maior para a Marinha Indiana, explorando o domínio das operações extra-regionais ou de “mar aberto” afirmando que, por ser parte da tríade nuclear prevista na doutrina nuclear indiana, a Marinha deve ser capaz de carregar e empregar armamentos nucleares a fim de proporcionar à Índia uma capacidade de retaliação confiável.

Diversas circunstâncias levaram à criação da doutrina naval indiana. Por causa do crescente debate na Índia a respeito do papel de cada força militar no ambiente nuclearizado do sul da Ásia, o Exército e a Força Aérea

indianos já tinham ganhado uma posição segura, mas a Marinha ainda não. Alcance marítimo e a projeção da força são atributos essenciais em qualquer poder global. O desejo da Índia de se transformar de poder sub-regional a poder de status regional ou maior exige uma marinha forte. Para que a Marinha indiana mantivesse sua relevância, era necessário ter papel e função militares estratégicos.

Devido à influência que a crescente classe média culta da Índia exerce sobre os líderes políticos do país e ao fato as forças singulares considerarem-se negligenciadas, elas criaram uma nova doutrina e a ofereceram ao debate público. E, devido à grande melhora da economia indiana e as crescentes alocações orçamentárias para a defesa, as forças armadas acharam que deveriam receber uma maior parte dos recursos financeiros da defesa. A existência de uma doutrina viável seria um bom começo. A Doutrina aborda planos de desenvolvimento e os justifica.

A emergência da geoeconomia como principal determinante das relações interestatais exige a disponibilidade de poder naval adequado para proteger linhas de comunicação marítimas contra a interferência ou interdição por marinhas inimigas. Para a Índia, prevista a enfrentar uma grande falta de energia nos próximos anos, isso é relevante; a Índia não pode permitir que a sua ligação com o Golfo Pérsico seja obstruída ou usada sem autorização.

O envolvimento da Marinha indiana com patrulhas navais combinadas com os Estados Unidos (e outras marinhas) depois de 11 de setembro de 2001 ressaltou o seu papel de controlar os oceanos que cercam o país. A criação do Comando Naval do Extremo Oriente em *Port Blair* nas Ilhas de Andaman e Nicobar permite que a Índia monitore o estratégico Estreito de Malacca.

A Marinha Indiana também enfatizou o aumento da ameaça das marinhas do Paquistão e da China como uma justificativa do aperfeiçoamento acréscimo da estrutura da força. A presença naval dos EUA e da coalizão no Oceano Índico também ressalta a enorme influência que a Marinha indiana exerceria se possuísse as capacidades necessárias.

A Doutrina Marítima da Índia justifica um papel nuclear estratégico para a sua Marinha. Nesse contexto, a nova doutrina afirma que a Marinha seria a força mais potente para lançar um ataque com armas nucleares, sendo preferível uma plataforma de lançamento em alto mar porque minimizaria os danos colaterais se comparado com sistemas de lançamento nuclear de base terrestre.<sup>22</sup>

Até mesmo no mar, a doutrina coloca o potencial de lançamento nuclear de submarinos no lugar de embarcações de superfície. Um jornalista indiano considera que: “O governo indiano está negociando em sigilo com os russos para alugar dois submarinos nucleares

classe Akula (ambos com duração subaquática maior e habilidade de disparo de armas nucleares) e tem se empenhado, há aproximadamente duas décadas, em fazer o seu próprio submarino nuclear codificado Veículo Técnico Avançado”.<sup>23</sup>

Capazes de permanecerem submersos, os submarinos com capacidades nucleares seriam os mais difíceis das plataformas de lançamento de serem detectados, o que realça sua relevância como capacidade de retaliação confiável. Liberdade de manobra e posicionamento expandiria significativamente o espectro de alvos que as forças militares indianas poderiam engajar.

De acordo com a visão da Marinha como poder regional relevante, a nova doutrina se distancia do foco introspectivo da doutrina naval antiga e específica capacidades de desenvolvimento para lidar com “conflito com um poder extra-regional” e, ainda mais ambicioso, “proteger pessoas de origem indiana e

*A emergência da geoeconomia como principal determinante das relações interestatais exige a disponibilidade de poder naval adequado para proteger linhas de comunicação marítimas contra a interferência ou interdição por marinhas inimigas.*

interesses indianos além-mar”.<sup>24</sup> A doutrina estabelece que a missão fundamental da Marinha é proporcionar a dissuasão nuclear estratégica e convencional contra Estados regionais e tratar da capacidade de aumentar o custo da intervenção por poderes extra-regionais, impedindo-os de agirem contra os interesses de segurança da Índia.

A nova doutrina também exige o controle de exercícios sobre áreas designadas no Mar da Arábia e na Baía de Bengala para proteger o comércio marítimo e litorâneo e proteger o litoral, as ilhas e territórios indianos. Segundo a nova doutrina, a principal estratégia da Marinha indiana permaneceria “controle do mar” junto com o crescente recurso de “navegação proibida” para as marinhas inimigas que aparecerem.<sup>25</sup>

De acordo com sua presença intensificada e aspirações de mar aberto, a Marinha prevê uma cooperação crescente com outras marinhas no combate a assuntos de interesse internacional, como terrorismo, transporte de armas de destruição em massa, pirataria marítima e tráfico de drogas.<sup>26</sup> A doutrina também busca o desenvolvimento de uma capacidade anfíbia para montar assaltos anfíbios expressivos contra o Paquistão, quando necessário.

A falta mais séria na nova doutrina é a desconexão entre os bens que a Marinha possui atualmente e as



Um helicóptero do Exército sobrevoando o campo de batalha.

capacidades que a nova doutrina prevê. Segundo uma fonte; “Há uma lacuna considerável entre a visão da doutrina e os seus bens no solo. Com apenas um porta-aviões no horizonte e uma escassez de novos navios devido à atrasos na produção, os planejadores de defesa indianos devem considerar uma indústria de produção de defesa local privada em geral e estaleiros navais em particular”.<sup>27</sup> No passado, o lema que o Oceano Índico pertencia à Índia fez surgir suspeitas entre outros Estados regionais a respeito do projeto de hegemonia indiano. A ênfase em mar aberto e operações navais extra-regionais da nova doutrina acentuam ainda mais essas percepções.<sup>28</sup>

A afirmação da Marinha sobre o seu papel nuclear estratégico é plausível, no entanto sua declaração de que uma poderosa Marinha paquistanesa em ascensão representa uma grande ameaça regional é ridícula. A Marinha indiana está na lista das 10 melhores marinhas do mundo. O potencial de combate da Marinha paquistanesa é insignificante se comparado ao da Marinha Indiana.<sup>29</sup>

Devido ao fato de a Doutrina Marítima indiana concentrar-se na projeção de poder conforme a própria visão como um conseqüente poder regional e global emergente, conotações políticas e diplomáticas da nova doutrina parecem estar mais bem definidas do que pura-

mente aspectos militares. A Marinha indiana prefere ser um instrumento de coerção política e projeção de força do que outro instrumento de guerra.

A Doutrina Marítima indiana é mais do que uma tentativa de afirmar que, apesar da sua falta de importância a ela conferida previamente, a Marinha continua sendo um instrumento essencial do poderio militar indiano e deveria ser tratada como tal. Preocupada com a possibilidade de ter sido deixada de lado das operações estratégicas nucleares pela Força Aérea e pelo Exército indianos, a Marinha quer reivindicar seu lugar de direito na esfera das operações, destacando que somente mísseis equipados com ogivas nucleares lançados por submarino podem fornecer uma capacidade de retaliação real e, conseqüentemente uma dissuasão eficaz.

A nova Doutrina Marítima indiana merece uma análise profunda para ajudar a mapear os planos futuros de desenvolvimento da Marinha paquistanesa e determinar a doutrina operacional para qualquer conflito militar futuro contra a Índia. Os pensadores doutrinários do Paquistão deveriam dar maior atenção às doutrinas militares da Índia, com o intuito de tomarem as medidas necessárias, antes que o próximo conflito militar faça desaparecer o sul da Ásia. **MR**

## Referências

1. Capitão S. M. Hali, "India's war doctrine: "Cold Start – Implications for its neighbors? The implications of India's new war doctrine for Pakistan and China," Endereço eletrônico: <www.pakdef.info/forum/showthread.php?t=5314>, acessado em 28/10/2004.
2. Subhash Kapila, "India's new Cold Start Doctrine strategically reviewed", South Asian Analysis Group (SAAG) Paper 911, 4 de maio de 2004, endereço eletrônico: <www.saag.org/papers10/paper991.html>, acessado em 01/11/2004. Essa monografia deve ser lida em conjunto com a monografia 1013, endereço eletrônico: <www.saag.org/papers11/paper1013.html>, acessado em 01/11/2004.
3. Para fazer uma análise do conflito de Kargil de 1999, várias outras fontes, assim como a minha, contam com os seguintes documentos: Ashley J. Tellis, C. Christine Fair, e Jamison Jo Medby, "Limited Conflict under the Nuclear Umbrella: Indian and Pakistani Lessons from the Kargil Crisis", RAND, MR 1450-USCA, endereço eletrônico: <www.rand.org>, acessado em 02/11/2004; Marcus P. Acosta, "High altitude warfare: The Kargil conflict and the future" (tese de Mestrado, junho de 2003, Naval Postgraduate School, Monterey, Califórnia); Brigadier Shaukat Qadir, "Analysis of the Kargil Crisis 1999", *R.U.S.I. Journal* (abril de 2002); "War in the High Mountains: The Kargil Operations, 1999", endereço eletrônico: <www.bharatkrshak.com/LAND-FORCES/Army/History/1999war/index.html>, acessado em 02/11/2004; "Kargil Conflict: A Pakistani Perspective", *Daily Dawn*, 27 de maio de 1999; Lisa Hwang, "Unraveling Pakistan's Action in Kargil", Center for Strategic and International Studies Prospectus, 1, 1 (Fall 1999); "1999 Kargil Conflict", endereço eletrônico: <www.globalsecurity.org/military/world/war/kargil-99.html>, acessado em 02/11/2004.
4. O enorme interesse internacional pelo conflito de Kargil de 1999 é evidente pelo fato de o Centro de Conflitos Contemporâneos da Escola Naval de Pós-Graduação dos EUA, Monterey, Califórnia, ter realizado uma análise detalhada intitulada: "Kargil Project", que inclui duas conferências importantes, uma em Monterey de 29 de maio a 1º de junho de 2002, e a outra em Nova Délhi em 26 e 27 de setembro de 2002. O procedimento da conferência de setembro está disponível no endereço eletrônico: <www.ccc.nps.navy.mil/events/recent/sept02Kargil\_rpt.asp>, acessado em 01/11/2004, e para a conferência de maio de 2002: <www.ccc.nps.navy.mil/events/recent/may02Kargil\_rpt.asp>, acessado em 01/11/2004.
5. De acordo com "Kargil Conflit 1999" "Desconsiderando o fato de ter mantido o plano super secreto, o Exército do Paquistão também deu alguns passos para manter um elemento de surpresa e maximizar decepção". Alguns analistas argumentam que o sigilo foi exagerado. Alguns indivíduos e organizações que deveriam ter sido mantidos inteirados do plano foram excluídos.
6. Para um apanhado geral detalhado da possibilidade de travar uma guerra limitada no Sul da Ásia sob uma guarda-chuva nuclear, veja no Centro de Conflitos Contemporâneos da Escola Naval de Pós-Graduação dos EUA, Monterey, conferência sobre "Conflito Assimétrico no Sul da Ásia: As causas e consequências da Guerra Limitada de 1999 em Kargil", 29 de maio a 1º de junho de 2002, endereço eletrônico: <www.ccc.nps.navy.mil/events/recent/may02Kargil\_rpt.asp>, acessado em 01/11/2004.
7. Acosta.
8. Para um relatório em primeira mão das deliberações entre o Presidente dos EUA Bill Clinton e o Primeiro-Ministro Nawaz Sharif na edição de Kargil em 4 de julho de 2000, veja o Centro de Estudos Avançado da Índia, monografia de política apresentada na Universidade da Pensilvânia por Bruce Reidel, intitulada: "American Diplomacy and the 1999 Kargil Summit at Blair House" (maio de 2002), endereço eletrônico: <www.sas.upenn.edu/casi/reports/ReidelPaper051302.htm>, acessado em 02/11/2004.
9. Rajesh M. Basur, "India: Doctrine Posture and Stability", paper para a Conferência de Estabilidade Estratégica no Sul da Ásia, Escola Naval de Pós-Graduação, Monterey, Califórnia, 29 de junho de 2004; "Lt-Gen Vij Moved Forces 'Too Close' to Border", *Times of India*, 21 de janeiro de 2002; Sandeep Dikshit, "Air Marshal Bhatia Shifted", *Hindu*, 25 de abril de 2002.
10. Em entrevista recente, General Sundarardjan Padmanabhan, reformado, Comandante do Exército Indiano durante o equilíbrio de 2001-2002, disse: "Ganhos militares significativos poderiam ter sido alcançados se os políticos tivessem decidido ir à guerra." Essa declaração indica claramente que se o Exército Paquistão não tivesse se mobilizado rapidamente e se o Exército Indiano não tivesse levado tanto tempo para desdobrar-se à frente, este poderia ter aplicado um golpe decisivo naquele. Veja Praveen Swami: "Gen Padmanabhan mulls over lessons os Operation Parakram", endereço eletrônico: <www.hinduonnet.com/thehindu/thscrip/print.pl?file=2004020604461200.htm&date=2004/02/06/&pr=th&>, acessado em 01/11/2004.
11. *Ibid.*
12. A decisão do Paquistão de apoiar a Guerra Global ao Terrorismo contra o Regime Talibã no Afeganistão foi muito significativa. O Paquistão permitiu que aeronaves militares norte-americanas atravessassem o seu espaço aéreo e que usassem alguns campos aéreos próximos à fronteira entre Paquistão e Afeganistão.
13. Os três grandes comandos de ataque do Exército Indiano são Corpos I, Mathura; Corpos II, Ambala; e Corpos XXI, Bhopal.
14. Kapila, "Indian Army's New Cold Star war doctrine strategically reviewed, Part II (additional Imperatives)", endereço eletrônico: <www.saag.org/papers11/paper1013.html>, acessado em 01/11/2004.
15. "Indian Army Commanders discuss of Cold Start", *Daily Times Monitor*, 16 de abril de 2004, endereço eletrônico: <www.dailytimes.com.pk/default.asp?page=story\_16-4-2004\_pg1\_3>, acessado em 03/11/2004.
16. Kapila, endereço eletrônico: <www.saag.org/papers10/paper991.html>, acessado 01/11/2004.
17. *Ibid.*
18. Firdaus Ahmed. "The calculus of Cold Start", *India Together*, maio de 2004, endereço eletrônico: <www.indiatogether.org/2004/may/fah-coldstart.htm>, acessado em 03/11/2004.
19. Pinaki Bhattacharya, "Army chief floats 'new war doctrine'", endereço eletrônico: <www.hardnewsmedia.com/may2004/army.php>, acessado em 01/11/2004.
20. Brigadeiro Shaukat Qadir, título desconhecido, *Daily Times*, 8 de maio de 2004, endereço eletrônico: <www.dailytimes.com.pk/default.asp?page=story\_8-5-2004\_pg3\_3>, fonte não acessível, 03/11/2004.
21. "Indian Army May Create Nuclear Unit", *Daily Times*, 1º de julho de 2004, endereço eletrônico: <www.nti.org/d\_newswire/issues/2004\_7\_1.htm/#04C4318F>, acessado em 03/11/2004.
22. Iftikhar Gilani, "Bharat Navy announces 'nuclear doctrine'", endereço eletrônico: <www.pakdef.info/forum/showthread.php?p=48250>, acessado em 3/03/11/2004.
23. Sujan Dutta, "Navy takes plunge for nuclear muscle", endereço eletrônico: <www.telegraphindia.com/1040624/asp/nation/story\_3409050.asp>, acessado em 03/11/2004.
24. Saikat Dutta, "Navy charts new course with first doctrine", *The Indian Express*, 26 de abril de 2004.
25. A doutrina naval enfatiza o desenvolvimento da tríade nuclear, PTI press report, *OutlookIndia.com*, endereço eletrônico: <www.outlookindia.com/pti\_news.asp?id=230383>, acessado em 03/11/2004.
26. *Ibid.*
27. "The Navy gets a new songbook", *The Acorn*, 27 de abril de 2004, endereço eletrônico: <www.paifamily.com/opinion/archives/000636.html>, acessado em 01/11/2004.
28. C. Raja Mohan, "India's new naval doctrine", *The Hindu*, endereço eletrônico: <www.hindu.com/2004/04/29/stories/2004042904801100.htm>, acessado em 03/11/2004.
29. Segundo "The Military Balance 2003-2004", a Marinha indiana tem 19 submarinos, contra 10 da Marinha paquistanesa, e 29 embarcações principais de combate em superfície contra apenas 8 do Paquistão, o que dá à Marinha Indiana uma margem de vantagem de 2x1 em submarinos e uma vantagem superior a 3,5x1 em embarcações de combate em superfície. Também é importante considerar que o efetivo indiano de 55.000 combatentes é mais de duas vezes superior ao efetivo paquistão de 25.000 combatentes. A Marinha indiana também possui um inventário poderoso de porta-aviões de combate e outro encomendado da Rússia. A Marinha do Paquistão não possui um porta-aviões ou aeronave de combate operante e depende da Força Aérea paquistanesa para operações navais de apoio aéreo.

*O Comodoro-do-Ar Tariq M. Ashraf é membro do corpo docente da Academia de Defesa Nacional do Paquistão, Islamabad. Ele é Bacharel em Aeronáutica pela Universidade de Peshawar, Bacharel em Estudos sobre Guerra da Universidade de Karachi, e é Mestre em Estudos de Defesa e Estratégia da Universidade de Quaid-Azam, Islamabad. É autor de Aerospace Power – The Emerging Strategic Dimension (Peshawar, Paquistão: Pakistan Air Force Club, Directorate of Education Training Branch, Rear Air Headquarters, 2002).*